



## A valoração dos bens culturais sob o olhar da conservação


**Juliana Cunha Barreto**

Doutoranda em Arquitetura – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil  
Centro Universitário UniFBV / Wyden Educacional, Recife, Pernambuco, Brasil  
 <https://orcid.org/000-0002-9297-3410>  
E-mail: [juliana.barretope@gmail.com](mailto:juliana.barretope@gmail.com)

**José Manuel Aguiar**

Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal  
 <https://orcid.org/0000-0001-5794-9899>  
E-mail: [jaguiar@fa.ulisboa.pt](mailto:jaguiar@fa.ulisboa.pt)

**Virgínia Pitta Pontual**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1C  
 <https://orcid.org/0000-0001-8626-6675>  
E-mail: [virginiapontual@gmail.com](mailto:virginiapontual@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo problematizar a compreensão de bem patrimonial, a partir da sua constituição enquanto objeto e relação com os sujeitos, a fim de demonstrar a associação que a identificação resguarda com o processo de atribuição de valores e significados aos bens, dada a relevância da valoração na condução da ação conservativa. Parte-se do princípio que a noção de bem cultural como objeto, em sua condição material, em um dado contexto referencial, dá luz às ações de identificação e contribui na fundamentação das ações de valoração — ambas buscam integrar as dimensões tangíveis e intangíveis do bem, sobretudo para a patrimonialização. Acredita-se que a consonância entre tais entendimentos fornece bases mais proficuas aos processos projetuais de intervenção sobre tais bens. Desse modo, entende-se que a conservação deve ser abordada não apenas como problema tecnológico, mas sobretudo cultural, amparada na teoria dos valores e na intersubjetividade.

**Palavras-chave:** Bem cultural; Valores; Significância; Teoria da conservação.

### The valuation of cultural assets under the perspective of conservation

**Abstract:** The presente article aims to problematize the comprehension of patriomonal asset, since its constitution as object and relation with the subjects, in order to demonstrate the association between the identification and the process of formation of value and meaning of the assets, given the importance of the valuation in the conduction of the conservative action. This writing starts with the notion of cultural asset as an object, in its material condition, in a certain referential context, which gives birth to actions of identification and grounding to valuation actions – both of them look for composing the tangible and untangible dimensions of the asset, above all else to its patrimonialization. The consonance between these knowledges is believed to provide more fruitful grounds to the interventional projective proceedings over these assets. This way, the conservation must be

approached not only as a technological problem, but also and mostly as a cultural one, supported by the theory of values and by the intersubjectivity.

**Keywords:** Cultural asset; Values; Significance; Theory of conservation.

**Texto recebido em: 10/07/2020**

**Texto aprovado em: 16/11/2020**

## **Introdução**

Bens culturais são reconhecidos à preservação por reunirem predicativos e condições existenciais específicas, que os destacam entre os demais, em contextos que lhe conferem notabilidade. São assim entendidos, por satisfazerem demandas de ordem memorial, de arte e de significação para os sujeitos, ou grupos de sujeitos, com vistas à transmissão às futuras gerações, enquanto desdobramentos da outrora noção de monumento histórico (RIEGL, 1999). Tornam-se patrimoniais quando submetidos a um processo de valoração, cujo objetivo principal incide na conferência de valores e significados — a serem preservados, tanto quanto sua base material —, os quais devem nortear as futuras ações de conservação. Esse é um suscinto cenário no qual a valoração assume seu devido papel, como subsídio à tomada de decisão sobre o que preservar, como e para quem.

Em uma abordagem que busca suporte no campo das ideias e da filosofia, a ação de valoração deve se constituir amparada na interpretação dos predicativos relevantes das coisas, tipificadas como bens culturais, na condição de testemunhos insubstituíveis de uma história, de uma cultura ou de uma arte específica, de uma dada sociedade, em um período histórico. A ação de identificação dos bens torna-se, portanto, uma prerrogativa para a valoração. No Brasil, ao ser instituída pelos organismos de salvaguarda, a valoração consolida-se no registro de um instrumento jurídico de proteção, qualquer que seja ele — tombamento, inventário, planos, o qual deve conter as motivações da preservação e as normativas sobre as possíveis ações neste sentido. É algo que oferece suporte à patrimonialização do bem cultural, posicionando-o enquanto legado.

No contexto das políticas públicas de conservação e de gestão, o devido tratamento dos bens culturais tem assumido um caminho de difícil diálogo com a dinâmica urbana e sociocultural, a qual deveria promover a valorização das especificidades e do caráter único dos bens, no âmbito da abordagem integrada da

conservação<sup>1</sup>. Se um sítio histórico ou edificação isolada reúne qualidades atraentes à preservação, o modo como se realizam a identificação e a valoração constitui uma arena de conflitos, que tem assumido contornos diversos e se distanciado dos pressupostos teóricos do campo em específico. Para citar alguns dos problemas já apontados em trabalhos acadêmicos diversos, estão a adoção de interpretações teóricas equivocadas e excludentes, a insuficiência de respaldo técnico especializado no campo e as tendências à prevalência dos interesses econômicos sobre os culturais, entre outras sérias questões (KUHL, 2010; NAHAS, 2015; BRENDLE, 2017). Como consequência, processos de intervenções projetuais resultam reducionistas e alheios ao equilíbrio entre as dimensões estética e histórica dos bens, distantes da necessária representatividade social, levando a severas e já conhecidas perdas valorativas<sup>2</sup>. A mediação entre o universo teórico-conceitual e sua aplicabilidade prática nos bens, embora não definida em um percurso único, mas admitindo vertentes, precisa ser enfrentada, não apenas como recolocação da visão do patrimônio cultural no século XXI, mas também como fio condutor para a prática da conservação.

Nesse sentido, pesquisadores têm buscado demonstrar a importância da identificação e da valoração como ações preliminares e norteadoras da conservação dos bens, inclusive com contribuições na operacionalização das questões (MASON, 2002; HIDAKA, 2011). Constituem esforços de reflexão, que também encontram acolhida em recomendações constantes nos documentos conhecidos por cartas patrimoniais<sup>3</sup>.

Ao assumir a indissociabilidade entre as dimensões da significância cultural, da autenticidade e da integridade dos bens culturais, como paradigma da gestão da conservação, a pesquisadora Lira entende que “o primeiro passo de qualquer ação sobre bens culturais deva ser a identificação de seus atributos patrimoniais” (2020, p. 12). Para efeito de mensuração da autenticidade dos bens, por exemplo, tal identificação deve ser definida a partir de atributos, tais como o contexto de implantação, o tipo construtivo, as técnicas e materiais construtivos, a pátina e os usos e práticas sociais (LIRA, 2009). A mesma autora ainda entende que mudanças nos atributos dos bens alteram a percepção dos valores e dos significados que são conferidos pelos sujeitos (LIRA, 2020), baseada na compreensão da natureza essencialmente dinâmica da valoração, por sua essência cultural referencial.

Já no cenário anglo-saxão da conservação, pesquisas desenvolvidas pelo Getty Conservation Institute, entidade especializada na área, tiveram como efetiva

contribuição as reflexões do projeto AGORA<sup>4</sup>, que demonstraram a valoração como ponto pacífico na condução da conservação, cumprindo as etapas de identificação, proteção, planejamento e gestão, para subsidiar a etapa de intervenção projetual, resumida no conjunto de medidas para o tratamento físico dos bens patrimoniais. Dentre as conclusões, sugerem os autores que a “identificação e atribuição dos valores servem como um meio de informação acerca de decisões sobre como melhor preservar esses valores na conservação física dos objetos ou lugares” (AVRAMI, MASON e TORRE, 2004, p. 8). Pesquisas outras também alcançaram posturas convergentes, ao associarem a valoração como fundamento aos processos projetuais de intervenção sobre os bens culturais:

no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir *o que* conservar – que bens materiais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar *como* conservar – que tipo de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos às gerações futuras (CASTRIOTA, 2011, p. 52-53).

o fachadismo destrói os valores espaciais, anula os valores artísticos e construtivos presentes no interior dos edifícios antigos, oblitera o valor dos edifícios como documento e produto de arte urbana, da arte arquitetônica e da arte de construir (AGUIAR, 2014).

No entanto, apesar de a importância da valoração não ser de todo desconhecida, intervenções projetuais sobre os bens culturais, desde a simples manutenção até o restauro, que tenham se mostrado alheias a tanto, podem resultar em descaracterizações de ordem física e intangível. Também é consciente que a sequência de tais etapas não é pressuposto de sucesso nas soluções projetuais sobre os bens, dado que, nesse campo do saber, não são admitidas regras fixas ou pré-determinadas, mas operações específicas e fundamentadas na compreensão do bem cultural (KUHL, 2010; LIRA, 2020).

Nesse sentido, o foco do presente trabalho concentra-se na problematização teórico-conceitual das ações de identificação e de valoração dos bens culturais, amparada em uma perspectiva histórica, e os possíveis reflexos à sua operacionalização, visto que tais dimensões têm resguardado um impecioso distanciamento entre si.

Pretende-se, portanto, demonstrar que os bens culturais, caracterizados enquanto testemunhos históricos — com dimensões físicas, entre as documentais e artísticas, e intangíveis, as eventuais expressões espirituais e os sentimentos aos mesmos associados, devem ser compreendidos em sua natureza e relação com os

sujeitos. Tal reflexão contribui por tornarem mais bem circunstanciadas as ações de identificação e valoração dos bens com os atuais objetivos da conservação. Para tanto, são adotadas perspectivas dos campos da história e da filosofia, de modo a oferecerem razoáveis suportes de investigação.

### **Bens culturais como objetos**

Os bens culturais materiais reportam-se ao seu estado de origem como artefatos ou como objetos. A adoção simultânea ou intercambiável desses dois termos, artefatos e objetos, parece recorrente na literatura ao se referir aos bens culturais, sobretudo quando relacionados aos seus processos de salvaguarda — por este motivo, incorrem-se investigações acerca dessas acepções. De acordo com o conservador Caple (2006, p. 1), “um artefato pode ser considerado qualquer entidade física confeccionada por seres humanos”, entendimento que não difere muito daquele proferido pela historiadora Pearce (1994, p. 125), ao definir artefato como “objetos criados pelo homem através da aplicação de processos tecnológicos”. Entre uma e outra noção, parece haver convergência quanto à transformação, pelo homem, da natureza bruta dos materiais.

627

Ao considerar o entendimento do que conforma o universo dos bens culturais materiais, que abrange desde edificações e conjuntos históricos, até mesmo elementos do cotidiano, como esculturas, pinturas, objetos, partituras, percebe-se que ele não se torna restrito apenas a um caráter notável ou associado a um fato histórico do bem. Mas ao invés, os bens passam a ser reconhecidos pelas referências culturais que resguardam para com os sujeitos, não deixando de constituir manifestações que registram a atividade cultural humana sobre um modo de fazer, ao se afastar da eventualidade do surgimento espontâneo (ABBAGNANO, 2007, p. 82).

Tais noções preliminares tangenciam o campo da salvaguarda, quando autores como o teórico Césare Brandi também têm associado a condição de objeto ao “produto especial da atividade humana a que se dá o nome de obra de arte” (BRANDI, 2004, p. 27). Sua referência não é tão distinta daquela cujo bem se torna “patrimonial” a partir da valoração, que convém de uma ação do sujeito. Segundo o mesmo autor, é por meio do ato de reconhecimento do bem na consciência humana, o qual se deve ao juízo de artisticidade, que se diferencia a matéria do

objeto, enquanto obra de arte, de um simples resíduo em estado bruto — é o reconhecimento que confere uma qualificação e contribui na valoração. A interação do sujeito com o objeto dá margens à sua compreensão em uma dupla, mas interligada, abordagem: a instância estética, expressa pela artisticidade, e a histórica, como documento da temporalidade do bem.

Tal abordagem também foi evidenciada em Caple (2000, p. 29): enquanto os objetos carregam informações sobre o passado, por meio do acúmulo de vivências das sociedades no tempo, eles também atuam como expressões artísticas de uma dada cultura ou grupos sociais. Se por um lado, sedimentam os usos e funções sociais em sua estrutura, pelos distintos sujeitos, por outro, transmitem a experiência estética, a partir dos dados culturais transferidos pelo autor ou artista criador à obra, ou mesmo pelos usuários e proprietários. Como meio metodológico para a compreensão dos objetos, o mesmo autor Caple (2006) sugeriu sua classificação como instrumentos (funcionais), símbolos (significados) ou como documentos (históricos), enquanto suportes de existência física. Trata-se de um olhar perspectivado na manutenção dos predicativos relevantes dos objetos culturais, quando submetidos a processos de conservação.

Para Pearce (1994), o objeto materializa o reflexo dos processos culturais a ele envoltos, sinalizando vestígios das regiões geográficas, das artes e dos ofícios, dos estados de espírito e das posições sociais entre os homens. Enquanto tal, ele precisa se tornar passível às eventuais interpretações que decorrem das interações dos diversos sujeitos que com ele se relacionam. Na visão do filósofo Edmund Husserl<sup>5</sup>, há uma distinção entre o objeto intencional, aquele que é produto de uma consciência do criador, e o objeto percebido, o qual é apreendido pelo observador, a partir de suas demandas empíricas, de seus interesses e dos universos valorativos que lhe são próprios, e que não necessariamente devam estabelecer uma relação unívoca com o objeto intencional. Por meio da percepção, sujeito e objeto se integram em uma relação, o que pode suscitar na valoração do bem<sup>6</sup>, como produto da interpretação.

Da interação entre os sujeitos e os objetos, a interpretação constitui um caminho viável à transformação da ação em uma experiência: “o objeto só existe se o ‘feito significativo’ através de alguém reagir com ele; mas, ao mesmo tempo, só existe como um ser social, se ele estiver em processo de interação” (PEARCE, 1994, p. 27). Longe da interação social, os objetos parecem seguir em vácuos existenciais, estáticos no tempo e ausentes de sentido. Por este motivo, a experiência da

interpretação segue a agir para uma mudança de visão em via de mão dupla: ao objeto são atribuídos sentidos, que não lhes pertencem como uma dimensão fixa, mas como resultado de uma construção social, variável no tempo e entre os grupos, e aos sujeitos são agregadas experiências familiares ao objeto: “a necessidade de decifrar nos dá a chance de trazer ambos o que está no objeto e em nós mesmos; é um dinâmico e complexo movimento, o qual se desdobra no tempo e no ato da imaginação interpretativa que dão forma a nós mesmos” (PEARCE, 1994, p. 27).

A interpretação tem sido uma ferramenta fundamental no campo da conservação, utilizada para fins de conhecimento dos bens, ao mesmo tempo em que subsidia as ações de atribuição dos valores e significados que importam preservar nesses mesmos objetos. O trabalho desenvolvido pelas pesquisadoras brasileiras Piccolo e Pontual (2012) tem estabelecido uma metodologia de identificação, baseada no aporte da história, da leitura da forma urbana e em levantamentos histórico-documentais, para a compreensão do bem e definição de seus atributos valorativos<sup>7</sup>. Pesquisas no contexto internacional também têm descortinado interessantes caminhos. Enquanto Pearce (1994) relacionou a interpretação ao resultado do que convencionou como identificação das propriedades do objeto cultural, também denominadas atributos ou qualidades próprias aos mesmos — material, histórica, ambiental e significados; os estudos desenvolvidos por E. McClung Fleming estabeleceram uma metodologia para a interpretação dos artefatos, cujas etapas consistiam na identificação, avaliação e na análise cultural dos bens, a fim de revelarem as propriedades a eles intrínsecas, relacionadas à história, aos materiais, à construção, ao projeto e à função<sup>8</sup>. São investigações que denotam o protagonismo assumido pela identificação dos bens, por meio da interpretação de seus atributos, em que esses assumem a condição de ser dos objetos e atuam como veículos por onde os valores e significados se manifestam e são reconhecidos pelos sujeitos.

Com tais questões introdutórias, o entendimento adotado no presente trabalho é que o objeto cultural ou artefato consiste em qualquer manifestação físico-material que tenha sido resultado de um ato criativo do homem, isto é, da sociedade, como reflexo de um processo cultural, sensível à artisticidade, em um determinado contexto e em um dado momento histórico. Na constituição do objeto cultural há que considerar as qualidades que lhes são inerentes, as quais podem ser entendidas como atributos ou propriedades, de natureza tangível ou intangível, selecionadas quando satisfazem questões significantes da sociedade ou de grupos

sociais, pertencentes a um contexto referencial. A identificação dos bens a partir de suas partes constituintes se dá por meio da interpretação, a qual agrega mútuos sentidos aos sujeitos e aos objetos, que estão em interação, com o intuito de subsidiar a compreensão do que esses representam para os sujeitos, em um dado momento histórico. Entende-se que a interpretação, originada da relação entre sujeitos e objetos, oferece subsídios à valoração.

No campo da conservação, a identificação e a valoração se colocam como ações objetivas e materiais. Ambas requerem a interpretação, que abrange a capacidade de apreensão do objeto de estudo e a reflexão, para a tomada de decisão sobre o que conservar. É onde repousa o constante conflito de equilíbrio entre as dimensões tangíveis e intangíveis que igualmente conformam os bens, onde os limites não parecem absolutos: “o objetivo final da conservação não é a conservação material para seu próprio bem, mas, ao invés, manter (e moldar) os valores incorporados pelo patrimônio — com intervenção ou tratamento físico que são uns dos muitos meios para se atingir esse fim” (AVRAMI, MASON E TORRE, 2000, p. 7). Embora existam posturas que possam privilegiar determinada dimensão em função de outra, as vertentes contemporâneas da conservação chamam a atenção à coexistência: para além da identificação do que constitui a natureza de formação dos objetos culturais, por meio do seu suporte material, importa delinear os valores e significados aos mesmos atribuídos, quando em interação com os sujeitos, enquanto dimensões, tangíveis e intangíveis, objetivas e subjetivas, igualmente relevantes na conservação. No campo prático e operacional, a valoração deve provocar a condução dos processos de conservação sobre os bens, e não o contrário.

### **Valores e significados dos objetos**

Nas discussões das últimas décadas, diversas abordagens e conduções das ações de conservação dos bens patrimoniais têm sido experimentadas, na tentativa de refletirem a ampliação das demandas socioculturais de um universo em constante ebulição. Um exemplo disso é o alargamento conceitual do que passou a se entender como patrimônio, com o registro de uma variedade de bens, sobretudo os de natureza imaterial, que dão conta dos modos de fazer, das manifestações artísticas e musicais, das celebrações, que buscam atingir uma representatividade



cultural até então deslocada das ações de identificação. Outro aspecto é a abrangência do que constitui o conjunto de valores e significados dos bens patrimoniais, que cada vez mais tem trazido à arena de debates as vozes plurais, representativas desse universo, para além do alargamento das dimensões ambiental e cultural dos valores (LACERDA, 2002; JOKILEHTO, 2016; LIRA, 2017; HIDAKA, 2011). Esses exemplos ilustram os movimentos de superação dos limites que marcaram a trajetória do campo da conservação, caracterizada por atos centralizadores e pouco capazes de refletirem a capilaridade social e ambiental em constante ebulição, contribuindo na definição da abordagem contemporânea da conservação dos bens culturais. É no cerne dessa discussão que se verifica a necessidade de compreensão da dimensão conceitual da identificação e da valoração dos objetos culturais, para a manutenção do seu caráter único, que possa garantir a legibilidade do bem e refletir a legitimação social razoável à conservação.

Um resgate através da história mostra que a experiência em voga até o século XIX, principalmente na França, considerava os valores como absolutos e intrínsecos aos monumentos, quando ainda não se consideravam os significados culturais assumidos no tempo. Associados aos clássicos cânones da arte, os valores eram decorrentes de práticas restritas aos especialistas, cujo acervo valorado foi deflagrado pela escolha de exemplares greco-romanos, de castelos medievais, pelas imponentes expressões religiosas e pelos monumentos criados para fins de evocação a fatos históricos. Consistia em uma compreensão metafísica do valor, traduzida em um caráter absoluto, universal e eterno, alheia às relações originadas com os sujeitos.

Essa noção veio a sofrer rupturas no início do século XX, com a visão defendida por Aloïs Riegl, diante da conservação dos monumentos públicos na Áustria, o qual transferia a dimensão absoluta do valor para a experiência do sujeito — aquele que contempla a obra, que dela mantém alguma aproximação, que emana sentimentos e lhe confere qualificação. O caráter subjetivo da valoração foi ancorado no que ele convencionou de *Kunstwollen*, ou seja, a vontade moderna da arte, quando “não há nenhum valor artístico absoluto, e sim simplesmente um valor relativo, moderno” (RIEGL, 1999, p. 27). Em seus postulados, o valor dos bens culturais passa à subordinação da vivência dos sujeitos, desconsiderando o destino intencionado dos mesmos “pois o caráter e o significado dos monumentos não correspondem a estas obras em virtude de seu destino originário, mas que somos nós, sujeitos modernos, quem o atribuímos” (RIEGL, 1999, p. 29). Um século

depois, o teórico Muñoz Viñas reforçava, de modo convergente, que “um valor que a sociedade (ou aquelas pessoas em que a sociedade reconhece como autoridade para tal) outorga a um objeto concreto — ou seja, um valor mutável no tempo e variável segundo o grau e tipo de formação de cada pessoa, de cada observador, de cada sujeito” (2003, p. 56-57), conduzia à ideia de que “a patrimonialidade não provém dos objetos, mas dos sujeitos” (2003, p. 152). Entre Riegl e Muñoz Viñas, podem ser identificadas posturas que contribuem por sedimentar a vertente empirista do valor, quando sua compreensão foi aceita como dinâmica, aos moldes da relação com o sujeito, no tempo, em uma superação à outrora condição de absoluta.

No campo filosófico, autores como Vázquez (1984) e Frondizi (1958) buscaram o viés da relativização, ao afirmarem a existência do valor condicionada a uma dupla dependência: do ente depositário em que o mesmo deveria ser ancorado, no qual os autores tratam como objeto, e da postura dos sujeitos, que são as entidades que valoram os objetos e com quem resguardam algum nível de interação. Isto significa dizer que sem o ente depositário, o valor não se estabelece ou não passa de uma representação no campo das ideias, ao mesmo tempo em que se constitui como inseparável do sujeito, para o qual aquele bem tem alguma importância.

Nas palavras de Vázquez (1984), “o objeto valorado não se pode dar à margem de toda a relação com o sujeito, nem independentemente das propriedades naturais, sensíveis ou físicas que sustentam seu valor” — propriedades discutidas anteriormente e entendidas como atributos. A visão de Frondizi converge à associação do sujeito na valoração: “(...) advertiremos claramente que o valor não pode existir sem a relação com o sujeito que valora” (1958, p. 124) e acrescenta que “a relação do sujeito com o objeto se dá, por sua vez, dentro de uma sociedade, uma cultura e época histórica determinadas” (1958, p. 131), o que evidencia a dimensão do contexto — sociocultural, temporal e espacial, como pertencente ao ato de valoração. São entendimentos que reforçam a fundamentação da natureza do objeto cultural, enquanto manifestação física que reúne atributos, tangíveis ou intangíveis, e sua relação com o sujeito, quem lhe confere sentido social, em um contexto, que ao mesmo lhe parece indissociável — as bases da valoração.

Para Avrami, Mason e Torre (2000, p. 04), o contexto incorpora a sociedade e deve ser tratado a partir dos valores que essa mesma sociedade lhe confere, das funções e dos usos do patrimônio, enquanto fonte de significados. A abordagem do conservador Ian Hodder (1987) também levanta contribuições convergentes: “o

contexto de um objeto é a totalidade de seu ambiente relevante, onde relevante refere-se a um relacionamento com o objeto que contribui em direção ao seu significado” (HODDER, 1987, p. 4) e ainda: “a noção de contexto procura reunir: o estudo das condições materiais e a interpretação de significados simbólicos” (HODDER, 1987, p. 05). Portanto, parece ser na relação com o contexto que se torna possível a interpretação dos significados do objeto cultural, cujos procedimentos metodológicos de Hodder (1987), para o ato de valoração, sugerem uma classificação dos bens em três abordagens: (i) como um objeto, no que se refere às suas características sociais e laços emocionais; (ii) como parte de um contexto, de uma estrutura, cujo significado depende do lugar do objeto no código estrutural, contextual e, por fim, (iii) na incorporação e significação de experiências passadas, através da interpretação de seu conteúdo histórico.

O ato de valoração deve considerar os valores e significados, em uma relação muito imbricada e quase coincidente, enquanto mediadores entre os objetos e os sujeitos. Por sua vez, os significados atribuídos pelos sujeitos são veículos à valoração: “valores sobre o que preservar e como preservar são derivados dos significados e usos que as pessoas atribuem a edifícios, locais e paisagens, e construído entre indivíduos, atores institucionais e comunitários” (RICHMOND E BRACKER, 2009, p. 179).

De modo evidente, a significância dos objetos culturais, desde Riegl, no campo da conservação, ressurge nos discursos da década de 1980, cuja Carta de Burra<sup>9</sup>, a associou à preservação que “se impõe nos casos em que a própria substância do bem, no estado em que se encontra, oferece testemunho de uma significação cultural específica” (CURY, 2004, p. 247-252).

De acordo com Mason (2004), a significância cultural consiste na reunião dos valores e significados atribuídos aos bens, desde que sua construção não esteja centrada apenas nas mãos de especialistas, que são essenciais na condução do processo, mas amparada em um consenso social, considerando seu caráter variável no tempo e nas sociedades. Para Abbagnano (2007), a noção de significância está associada à importância ou valor, algo com relevância.

Conceitualmente, para Clavir (2009, p. 139), o significado cultural “é a interpretação da sociedade sobre o que é importante”. Pearce (1994) o entende como o conteúdo da mensagem que é transmitida pelo objeto, que é o significante, ao sujeito, enquanto que o signo corresponde à palavra que transmite o significado: “o ciclo de significado - significante - signo é constantemente repetido através do

período de uma consciência individual, e no curso da ação social, e é a soma dessas perpétuas mudanças de significados, os quais destacam as nossas percepções das mudanças sociais” (PEARCE, 1994, p. 25).

No Brasil, os caminhos de mediação entre o discurso teórico e a ação da valoração ainda parecem em vias de definição e consolidação. Em parte, esse problema se deve à pouca familiaridade que se resguarda para com as dimensões intangíveis do patrimônio, visto que, historicamente, as ações de conservação foram voltadas à substância física dos artefatos, em detrimento dos seus aspectos imateriais, aos quais os significados igualmente se associam. Também podem ser mencionados os conflitos de representatividade sociocultural nos processos de valoração ou mesmo os obstáculos institucionais evidentes na operacionalização de tais conceitos para a prática da conservação.

Por outro lado, certos avanços teóricos e operacionais puderam ser registrados pelo CECI e seus pesquisadores membros, ao situarem o documento conhecido por Declaração de Significância como fundamental aos processos de conservação. Baseado em uma construção social, sob a condução de especialistas, a constituição da Declaração de Significância dispõe de procedimentos metodológicos específicos, que tentam refletir a atualidade das discussões nesse campo de atuação, tendo como resultado a identificação dos valores, então patrimoniais, como uma síntese da interpretação dos significados e valores, construídos intersubjetivamente (ZANCHETTI *et al.*, 2009; AZEVEDO, 2013; VALENTIM, 2018)<sup>10</sup>.

As cidades históricas e os edifícios antigos são objetos culturais que resultam diretamente da interação com o sujeito, que os recebe e neles usufrui ou habita e dos quais resguarda poderosas relações. A sua permanência no tempo carrega as impressões das diversas culturas sociais, que interferem no seu potencial de transmissão de significados ou de acúmulo de novos valores culturais: “cada significado depende das relações e categorias que são criadas para distinguirem uns conjuntos de outros” (PEARCE, 1994, p. 21). Do exposto, entende-se que a valoração decorre de grupos que potencialmente interagem com o bem, em um determinado contexto temporal e referencial, caracterizando um processo vivo e sempre dinâmico.

**Desafios para a conservação**

Quando se pensa nas ações para a conservação de bens culturais, deve-se ter em mente que o seu reflexo nas soluções arquitetônicas projetuais decorrem da condição de legado que os bens assumem, a partir de processos de identificação e valoração, fundamentais para sua patrimonialização. Para além do instrumento jurídico de proteção que tal patrimonialização requer, necessário a um respaldo institucional, entendimentos teóricos contemporâneos defendem ainda a construção da significância cultural do bem, como registro do conjunto de valores e significados nele reconhecidos e como instrumento balizador das ações de conservação. Embora com contornos conceitualmente definidos, inclusive extensivos à operacionalização por meio da DSIA, deve-se reconhecer o grande desafio que envolve o tema da significância, dada a complexidade da sua construção — não é à toa a escassa adesão pelas instituições de salvaguarda, no Brasil.

As mudanças culturais inerentes aos sujeitos que se relacionam com os objetos e mesmo a condição dos bens expostos à ação do tempo — ambos são eventos que põem em risco a manutenção da integridade e da autenticidade dos atributos valorativos dos bens — tornam a ação de valoração em caráter de “horizonte de validade”. Isso porque a compreensão de que “os valores são produtos do processo de aprendizagem e necessitam ser renovados por cada geração de indivíduos” (JOKILEHTO, 2016, p. 26) pressupõe que cada ação de conservação demande uma nova ação de valoração, sob risco de mudança na percepção dos valores e significados atribuídos aos bens, e que diretamente repercutem no seu tratamento enquanto legado cultural.

A genuína (im) permanência dos valores e significados culturais sugere que estratégias mais proficuas sejam pensadas e adotadas pelas instituições, em busca da constante manutenção das dimensões tangíveis e intangíveis, indissociáveis, dos bens. Um caminho descortinado pela pesquisadora Hidaka (2011) consiste no monitoramento do estado de conservação dos atributos dos bens culturais de sítios históricos, no caso, o sítio histórico de Olinda, situado em Pernambuco, de modo que permita a aferição de eventuais mudanças na percepção dos significados conferidos pelos grupos sociais. Trata-se de uma reflexão que sinaliza respostas no sentido da criação e institucionalização de um instrumento da gestão da conservação, que seja capaz de admitir os valores culturais como dinâmicos, mas

trabalhar no controle eficaz dessas mudanças, de modo a resguardar o caráter único do bem, que o torna singular diante dos demais exemplares da cidade. Pereira (2011) e Jokilehto (2016) também têm oferecido caminhos alternativos para o monitoramento dos valores e da significância cultural dos bens, a sugerirem o desenvolvimento de estudos de impactos, mensurados com a adoção de indicadores. Embora fundamentados conceitualmente, tais caminhos não foram apresentados em termos de sua aplicabilidade prática.

Por outro lado, a coexistência entre valores e significados em um mesmo bem já é um fato cultural, dada a diversidade de atores que com ele se relacionam e que resguardam sentimentos múltiplos em suas vivências socioculturais. Isso significa dizer que o sujeito, ao atribuir um sentido ao objeto, manifesta-se de acordo com seu universo pessoal, seus interesses e momento de vida, em que vários fatores influenciam. Desse modo, evidencia-se a probabilidade de valores entrarem em conflito entre si e, até mesmo, anularem outros, dada a prevalência dos interesses mais influenciadores no processo, sobre outros mais vulneráveis, embora ambos sejam igualmente relevantes para a conservação das dimensões tangíveis e intangíveis dos bens.

Essa situação ocorre porque um mesmo objeto pode atrair múltiplos significados, por um mesmo sujeito ou por diversos grupos de sujeitos; também pode receber um valor que seja recorrente em grupos distintos de sujeitos e ainda novos valores podem ser descortinados e gerarem conflitos com os já institucionalmente conferidos ou historicamente construídos. Reconhecendo tais circunstâncias, a Carta de Burra (1999) já chamava a atenção para os diversos graus de significância que podem ser acumulados em um mesmo objeto, o que demandaria distintas ações, ou níveis, de conservação.

Nesse sentido, para além da atribuição de valores e significados para a qualificação de um bem, a “gestão” dessas distintas camadas valorativas deve ser enfrentada, sobretudo a partir de uma perspectiva relacional, ou seja, entre os seus pares. Essa abordagem pode satisfazer a uma indicação de escala ou hierarquia entre os valores, de modo que os processos de conservação consigam ser compatíveis com aqueles valores que mais fortemente caracterizam o bem, a exemplo dos valores de longa duração<sup>11</sup>.

Aproximando-se de uma perspectiva de aplicabilidade prática, Jokilehto reconheceu que “os valores do patrimônio podem se identificar com *capas de percepções*, associadas a diferentes aspectos ou atributos do recurso patrimonial”

(2016, p. 27). Adotadas para os valores e os significados, as capas de percepções indicam os diversos olhares sobre o bem cultural, a serem mensurados para uma harmoniosa coexistência. Autores diversos também têm se debruçado sobre questões metodológicas que possam operacionalizar a acomodação dos valores e significados culturais diversos, sobre os bens, inclusive sugerindo a adoção de indicadores para tanto (MAX SCHELER, 1954. *Apud.* FRONDIZ, 1958; JOKILEHTO, 2016; LIRA, 2009; HIDAKA, 2011).

Por fim, conclui-se que a consolidação do ato de valoração como atividade objetiva promotora da conservação tende a oferecer uma efetiva contribuição na permanência do caráter único do objeto cultural. A dimensão social na conservação tem o intuito de retomar a abordagem do bem cultural enquanto artefato, na interpretação dos seus elementos constituintes, em sua vocação de documento histórico e entidade estética, mas em relação indissociável para com os valores e significados, atribuídos em uma construção coletiva do patrimônio. A conservação patrimonial existe, portanto, não como problema tecnológico, mas sim enquanto problema essencialmente cultural, pelo que as dimensões filosóficas e históricas devem informar a teoria de valores, que nos esclarece as estratégias de gestão e as alternativas de soluções projetuais contemporâneas, mais bem relacionadas à identificação e valoração dos bens.

## NOTAS

1. A Conservação Integrada teve seus princípios difundidos na Declaração de Amsterdã, em 1975.
2. Em Brendle (2017), pode-se verificar que a intervenção promovida por Lúcio Costa sobre o antigo Liceu de Artes e Ofícios, de Ouro Preto (MG), priorizou a recriação do estilo neocolonial, em detrimento à linguagem eclética dominante no edifício, acusando-a de “arquitetura bastarda” – situação similar ao restauro conduzido por Luís Saia, na Casa de Câmara e Cadeia, de Atibaia (SP), onde prevaleceu a “idealização do passado colonial”, com a remoção do vocabulário eclético da edificação. Ambas posturas foram recorrentes em várias outras situações e ilustraram os princípios de restauro assumidos pela IPHAN, nas suas primeiras décadas de atuação. Já em Aguiar (2014), percebe-se que as intervenções arquitetônicas conduzidas pela ideia do “fachadismo” buscaram a “sistemática demolição do interior dos lotes para os renovar com novas construções ocultas pelas antigas fachadas”, enquanto soluções comprometedoras dos valores arquitetônicos e históricos das edificações. O autor reconhece que foram posturas recorrentemente adotadas em Portugal, quando de processos de intervenção projetual, a exemplo das soluções arquitetônicas concebida para o Passeio das Cardosas, na cidade histórica do Porto, onde foram registradas severas perdas de integridade e autenticidade no bem.
3. Carta de Veneza (1964); Princípios de La Valletta (2011), entre outras.

4. Tal projeto convém de pesquisas no campo dos bens culturais materiais, promovidas recentemente por esta entidade, que envolveram os aspectos tangíveis e intangíveis a eles associados, como os valores e significados.
5. Esse autor foi citado no verbete Objeto, em Abbagnano (2007, p. 724).
6. No presente artigo, a problematização acerca da valoração está focada nos bens culturais materiais. Contudo, a valoração igualmente pode se dar sobre os bens de natureza intangível, os quais apresentam como suporte outras referências, que podem ser os processos, as manifestações culturais, o modo de fazer, e que em muito diferem das circunstâncias dos artefatos materiais.
7. Estudos desenvolvidos pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), que adotaram tal metodologia, foram considerados exitosos: a proposta de tombamento de Piranhas, uma cidade do interior de Alagoas; a identificação do istmo de Olinda-Recife; e a divulgação turística do Pátio de São Pedro, situado no Recife, regiões do litoral brasileiro (PICCOLO; PONTUAL, 2012).
8. Estudo descrito em Pearce (1994, p. 126-128).
9. Importa reforçar que, embora a Carta de Burra, em suas versões da década de 1980, tenha se situado como um registro do pensamento cultural da época, o ICOMOS apenas reconhece formalmente a versão de 1999, em que o significado cultural torna-se sinônimo de significado patrimonial ou de valor cultural, e que consiste no “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, actual ou futuras” e que a “conservação significa todos os processos de prestação de cuidados a um sítio por forma a que ele retenha o seu *significado cultural* (Australia ICOMOS Burra Charter, 1999).
10. Cabe ressaltar que a atual abordagem da conservação, representada em estudos como os de Lira (2020), entende tal documento como Declaração de Significância Cultural, de Integridade e de Autenticidade (DSIA), enquanto conceitos indissociáveis.
11. O autor M. Scheler (*Apud*. HESSEN, 1980, p. 121-124) definiu cinco critérios para se trabalhar com a hierarquização dos valores, cujos mais fortes, são (i) os de maior durabilidade no tempo; (ii) os menos divisíveis; (iii) os que se comportam como fundamentais a outros; (iv) os que maior satisfação produz nos sujeitos e, por fim, (v) os referentes aos graus de relatividade.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 2007.
- AGUIAR, José. Reabilitação ou fraude. *Revista do Patrimônio*, Lisboa: DGPC, n. 2, 2014.
- AVRAMI, Erica; MASON, Randall; TORRE, Marta de la. *Values and heritage conservation: research report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- AZEVEDO, Gabriela Magalhães. *Declaração de significância: uma investigação metodológica*. Recife, 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Apresentação de Giovanni Carbonara. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRENDLE, Betânia. Restauo sem teoria e a falácia da intervenção oficial na preexistência patrimonial no Brasil: o malogro do IPHAN em Cachoeira-BA e Laranjeiras-SE. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA, 5., Salvador, Bahia, 2017.



- CAPLE, Chris. *Conservation skills: judgement, method and decision making*. London: Routledge, 2000.
- CAPLE, Chris. *Objects: reluctant witnesses to the past*. Londres: Routledge Taylor; New York: Francis Group, 2006.
- CASTRIOTA, Leonardo. Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos. In: GOMES, Marco Aurélio Filgueiras; CORREA, Elyane Lins (org.). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1.
- CLAVIR, Mirim. Conservation and cultural significance. In: RICHMOND, Alison; BRACKER, Alison (org). *Conservation: principles, dilemmas and uncomfortable truths*. London: Victoria and Albert Museums, 2009.
- FRONDIZI, Risieri. *¿Qué son los valores?: introdução a la axiologia*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1958.
- HESSEN, Johannes. *Filosofia dos valores*. 5. ed. Coimbra: A. Amado, 1980.
- HIDAKA, Lúcia. *Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades: Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação*. Recife, 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco.
- HODDER, Ian. The contextual analysis of symbolic meanings. In: *The archeology of contextual meanings*. Londres: Cambridge University Press, 1987.
- JOKILEHTO, Jukka. Valores patrimoniales y valoración. *Conversaciones. Revista de Conservação*, México: Instituto Nacional de Antropologia e História, n. 2, 2016.
- KUHL, Beatriz Mugayar. Conservação e restauração: notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 18, n. 2, p. 287-320. 2010.
- LACERDA, Norma. Valores dos Bens Patrimoniais. In: ZANCHETTI, Silvio (org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife: CECI; Editora da Universidade de Pernambuco, 2002.
- LIRA, Flaviana B. *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Recife, 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco.
- LIRA, Flaviana B. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO EDIFICADO - ARQUIMEMÓRIA. 5., *Anais...* Salvador: Departamento da Bahia do Instituto do Arquitetos do Brasil, 2017.
- LIRA, Flaviana B. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. *Oculum Ensaio*, v. 17, e204365, 2020.
- MASON, Randal. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. In: DE LA TORRE, Marta (org.). *Assessing the values of cultural heritage: research report*. Los Angeles, CA: Getty Conservation Institute, 2002, p. 5-30.
- MASON, Randal. Fixing historic preservation: a constructive critique of “Significance”. *Places, a Forum of Environmental Design*. v. 16, n. 1, p. 64-71, 2004.
- MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid: Síntesis, 2003.

NAHAS, Patricia Viceconti. *Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)*. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. 2 v.

PEARCE, Susan (org.) *Interpreting objects and collections*. Londres: Routledge, 1994.

PEREIRA, Honório Nicholls. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In: GOMES; Marco Aurélio Filgueiras; CORREA, Elyane Lins (org.). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1.

PICCOLO, Rosane, PONTUAL, Virgínia. Identificação do Patrimônio Cultural. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio. *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: CECI, 2012.

RICHMOND, Alison; BRACKER, Alison (org). *Conservation: principles, dilemmas and uncomfortable truths*. London: Victoria and Albert Museums, 2009.

RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: La Balsa de la Medusa 7, 1999.

VALENTIM, Davi Dornelas. Desafios contemporâneos da significância cultural. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 15., *Anais...*, 2018.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Barcelona: Crítica, 1984.

ZANCHETI, Silvio Mendes *et alii*. Judgement and validation in the Burra charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. *City & Time*, v. 4, n. 2, 2009.

**Juliana Cunha Barreto** é Professora nos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Centro Universitário UniFBV / Wyden Educacional. Doutoranda em Arquitetura na Universidade de Lisboa, em Portugal. Mestra em Desenvolvimento Urbano e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), com Cátedra UNESCO.

**Virgínia Pitta Pontual** é Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Livre-Docente pela UFPE. Pós-Doutora pela École d'Urbanisme de Paris, na França; pela Université Lille 1 – Sciences et Technologies, na França; e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Mestra em Desenvolvimento Urbano e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nível 1C.

**José Manuel Aguiar** é Professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, em Portugal. Coordenador do Mestrado Integrado em Arquitectura e Coordenador da área científica de Projecto de Arquitectura e Coordenado da área de Unidades Curriculares de Conservação, Restauro e Reabilitação no Curso de Doutoramento em Arquitectura da Universidade de Lisboa. Doutorado em Conservação do Patrimônio pela Universidade de Évora e Graduado em Arquitectura pela Universidade do Porto, em Portugal.

**Como citar:**

BARRETO, Juliana Cunha; PONTUAL, Virgínia Pitta; AGUIAR, José Manuel. A valoração dos bens culturais sob o olhar da conservação. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 623-641, jul./dez. 2020. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).